

# REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL EM LUGARES SUBDESENVOLVIDOS: CASO NO NORDESTE BRASILEIRO

Luiz Cruz Lima<sup>1</sup>  
l.cruzlima@uol.com.br

Bernadete Maria Coêlho Freitas<sup>2</sup>  
bernadete Freitas@hotmail.com

Carlos Rerisson Rocha da Costa<sup>2</sup>  
rerissoncosta@yahoo.com.br

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos<sup>2</sup>  
terezaegageo@yahoo.com.br

## Resumo

O presente artigo objetiva a discussão das amplas mudanças do espaço cearense, no Nordeste brasileiro, provenientes do modelo implantado como projeto modernizador, caracterizado com novos fixos e fluxos, ligados aos diversos setores econômicos produtivos e lucrativos, a exemplo da agricultura com base técnico-científica e do turismo. Esse fato se dá com maior intensidade a partir da década de 1990, sendo o Estado o principal agente dessas políticas, objetivando aumento da produtividade espacial, com rebote em restrições da qualidade de vida de homens e mulheres, como sói ocorrer na América Latina. Em relação a esse modelo de agricultura, a materialização dessas políticas é ressaltada nos vales fluviais do Baixo Jaguaribe e Baixo Acaraú, através da implantação de perímetros irrigados que ora vêm sendo incorporados pela iniciativa privada, desarticulando antigas territorialidades, ampliação da concentração da renda e da terra, além do uso exacerbado da natureza, como é corriqueiro nos países subdesenvolvidos. Por sua vez, as comunidades litorâneas do município de Icapuí, tomadas como exemplo, presenciam a inserção de uma nova racionalidade, a partir da implantação da atividade turística, completamente diferenciada do que caracterizava seu modo de vida, acarretando choques e rupturas.

**Palavras-Chave:** modernidade, reestruturação socioespacial, turismo, agricultura moderna, rebatimentos sociais.

## Introdução

O atual caráter moderno nos países subdesenvolvidos se pronuncia a partir da racionalidade representada pelo adensamento da técnica, ciência e informação que consubstanciam a produtividade. Instauram-se as verticalidades, com as forças dos interesses hegemônicos dos países imperialistas que impõem novas normatizações aos países ditos semi-

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP.

<sup>2</sup> Alunos do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE/Bolsistas FUNCAP e CAPES.

periféricos<sup>3</sup>, a exemplo da América Latina. Por outro lado, as conseqüências dessa modernidade caracterizam-se pela destruição de territorialidades construídas por uma parcela de agentes produtores do espaço, causando-lhes o estranhamento com a chegada desses atores exógenos que recriam território, dando-lhe novos usos e feições. A concentração da renda e da terra e o uso exacerbado da natureza tornam-se uma extensão significativa desse processo.

A partir das últimas décadas do século XX, o Brasil integra-se de forma mais intensa a essa racionalidade, tornando-se “uma nova potência regional na economia-mundo”. A modernidade chega aos subespaços de forma fragmentada e excludente, a exemplo da região Nordeste, onde esse caráter se materializa via políticas públicas e através do incentivo à inserção de empresas privadas, inclusive multinacionais. Essa nova realidade, se por um lado incrementa a produtividade, por outro, maximiza as desigualdades sociais, o que caracteriza suas ambigüidades.

A corporificação se manifesta no Estado do Ceará através da reestruturação do espaço, anunciada pelos diversos projetos implantados com o objetivo de dinamizar as atividades lucrativas, principalmente relacionadas aos serviços modernos, ao turismo e à agricultura, com destaque aos projetos públicos de irrigação instalados nos subespaços do Baixo Jaguaribe e Baixo Acaraú, e o incentivo ao turismo no litoral de Icapuí. A proposta de discutir como se dá essa reestruturação expõe sua relevância, ressaltando as contradições intrínsecas ao sistema de acumulação capitalista, pondo em questão os seus interesses.

O presente artigo tem por objetivo realizar uma discussão das ambigüidades da modernidade postas no território cearense, no Nordeste brasileiro, provenientes do modelo implantado como projeto modernizador, caracterizado pela implantação de infra-estruturas ligadas aos diversos setores econômicos produtivos e lucrativos, a exemplo da agricultura de base técnico-científica e do turismo.

### **A Modernidade: paradoxo e contradição no atual momento histórico**

O atual momento histórico se configura por uma racionalidade erguida a partir do projeto moderno de “progresso incessante”, erguido sob a égide da dominação/apropriação da natureza. Essa racionalidade, a serviço do modo de produção capitalista, subjuga a vida com a monetarização da existência, permeando todas as instâncias da sociedade, com paradoxos e contradições.

O entendimento do que vem a ser a modernidade já é, em si, um debate demasiadamente amplo. Todavia, aqui, tentaremos expor algumas considerações a respeito, neste período da história.

A modernidade, este conjunto de “experiências de tempo e espaço, de si mesmo e de outros, compartilhada por homens e mulheres”, que fazem parte de um universo no qual “tudo o que é sólido desmancha no ar”, e vivem uma “vida de paradoxo e de contradição”, assim como nos apresenta Berman (1986), pode ser dividida em três fases.

A primeira fase vai do século XVI até o século XVIII. A segunda inicia-se com a onda de revoluções do século XVIII, representada, sobretudo, pela Revolução Francesa. Os ecos dessa revolução desencadeiam o sentimento de que se vive em uma era de revoluções, de mudanças, e um “público moderno” se forma ainda ligado a uma vida material e imaterial que não é moderna por completo. No século XX, a terceira fase se desenha com a expansão do processo de modernização, que se intensifica a cada dia na tentativa de abarcar a totalidade.

---

<sup>3</sup> “A semiperiferia é a síntese das contradições do capitalismo histórico dentro de uma mesma economia nacional. É o *locus* da profunda heterogeneidade estrutural acumulada pelo capitalismo na sua longa história, do qual o Brasil é um magnífico exemplo [...] o que não o esgota a especificidade de ser uma potência regional”. (BECKER, 2003, p. 29).

Necessário é, porém, destacar que essa periodização não é consensual entre os estudiosos que se dedicaram, de maneiras diversas, à reflexão acerca da modernidade. Gomes (1996), por exemplo, discute que é “impossível identificar um evento ou uma data histórica precisa que demarcaria” a eclosão da modernidade. Entretanto, o processo de modernização que se lança sobre o mundo a partir do século XX se mostra diferenciado, embora possa ser identificado ainda, de maneira geral, como “ecos” do período iluminista.

A modernização, conforme explica Berman (1986), caracteriza-se por um conjunto de “processos sociais que dão vida a esse turbilhão” da vida moderna, “mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser”. Esses processos sociais estão associados à “capacidade do capitalismo de se desenvolver e sobreviver, de reproduzir com êxito suas relações sociais” como aponta Soja (1993). Este autor destaca que é importante lembrar essa associação entre a modernização e a sobrevivência do capitalismo, vinculando e situando esse eterno estado de vir-a-ser no seio do modo de produção. Soja, na obra já citada, enfatiza ainda que a modernização é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas.

Esse constante processo de mudança, de reestruturação, que marca a modernidade, liquefazendo até as estruturas mais sólidas, como lembra Berman (1986) e como apontava Marx no Manifesto do Partido Comunista é assentado, conforme Gomes (1996), em três elementos estruturantes, a saber: o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade.

Para Gomes, a modernidade é fundamentada por um novo lugar concedido à ciência, uma nova ciência que dá a base do novo código de valores da sociedade moderna. Este sistema de valores baseia-se numa ciência que se caracteriza por dois pólos epistemológicos. Um desses pólos é marcado pelo projeto iluminista do racionalismo, em que o conhecimento era entendido como fruto de uma “argumentação lógica” que “respeita os princípios da não-contradição, da generalização e da demonstração”. Esse sistema de racionalidade prevê, segundo Gomes (1996), “um movimento de progressão” que se dá através do “domínio da linguagem e da lógica científica”. A idéia de progresso é central nesse sistema e viria a marcar profundamente a modernidade.

O outro pólo seria justamente o opositor ao racionalismo. Este outro pólo se mostra complexo para definições, tendo em vista que se formatam, ainda no século das Luzes, diversos sistemas em oposição ao racionalismo. Todavia, Gomes traz elementos que possibilitam coadunar esses sistemas como um conjunto opositor ao racionalismo. Embora esse sistema opositor possa demonstrar traços característicos do romantismo ou mesmo da fenomenologia, são elementos opositores como “a compreensão contra a explicação, a História contra a estrutura, e ainda a base material contra a interpretação hermenêutica” que o marca completamente como distinto do racionalismo. Esses elementos que se evidenciam no centro do desenvolvimento da ciência representam claramente a dualidade primordial da modernidade.

É com base nesse raciocínio moderno dual que a necessidade de progresso dá o impulso de arranque e aceleração constante da modernidade. Os três elementos propostos por Gomes (*op. cit.*) “ruptura, imposição do “novo” e a tentativa de abarcar a totalidade” estão ligados a esse aspecto. A idéia de progressão racionalista produz uma necessidade de uma constante mudança, de avanço. O “novo” se impõe ao “antigo”, ao tradicional e essa sobreposição é dada com uma ruptura, através da “negação daquilo que existia”, do “desvelamento do tradicional”. E o moderno se constrói desse conflito constante. Essa ruptura, essa mudança para o “novo” se dá numa perspectiva de um sistema “global”, na tentativa de transformação, redefinindo-se não só setores específicos, mas sim a totalidade.

Assim a modernidade se renova, como um mito, que é revivido em cada momento que se faz discurso, quando sua narrativa lendária se mostra como mensagem exemplar que representa um certo vivido. Nessa complexa mudança contínua a sociedade se reproduz,

material e imaterialmente. Essa reprodução se dá no espaço e vem sendo materializada de forma intensa nos países latino-americanos, como no Brasil, onde no Estado do Ceará, aliado à racionalidade que fundamenta a reprodução ampliada do capital no atual momento histórico, tem sido modelado o território ao funcionamento da economia mais fluida, como agora é característica.

### **Reestruturação socioespacial do Ceará: modernização da agricultura e do turismo**

O espaço geográfico é dotado de uma importante característica, a reconstrução. Isso se dá a cada onda de inovações tecnológicas que conduzem forças de impulsão à recriação de novas formas espaciais que, por sua vez, determinam movimentos diferenciados no espaço. Essa condição revela a conceituação clássica de Santos (1996), o espaço como conjunto indissociável de fixos e fluxos.

Vivemos em um período de adensamento dos territórios pela concretude dos sistemas técnicos, pela racionalização e financeirização. Esse sistema articulado e manipulado pelos países imperialistas hegemônicos que impõem (des)ordens aos países que fazem parte da América Latina, como o Brasil. Assim, a atual configuração do espaço geográfico reflete todas essas mudanças que a sociedade vem realizando na busca de satisfazer as suas próprias necessidades, acompanhando o atual momento histórico. Com tamanha dinamicidade e constituindo-se em palco dos fenômenos sociais, o espaço, é visto, portanto, como meio, condição e produto das relações sociais, como aponta Carlos (1997).

A organização socioespacial do Nordeste, onde está inserido o Ceará, é uma das mais antigas do Brasil, cujas heranças históricas – sócio-econômicas e políticas - são marcantes para a sociedade e o território. O ambiente natural de duas importantes porções territoriais – sertões e litoral – marcou fortemente o tipo de ocupação e o arranjo do quadro político e econômico desde os tempos da colonização portuguesa. A pluralidade paisagística e a diversidade cultural nordestinas ressaltam regionalismos associados a elementos geosimbólicos, responsáveis por criarem laços de identidade entre o lugar e o indivíduo.

Entre os aspectos econômicos mais importantes da divisão sub-regional, destaca-se a primazia da lavoura canavieira, na Zona da Mata da faixa mais próxima do litoral oriental. Para dentro do continente, alastra-se um quadro geoambiental que favoreceu a criação de gado, como atividade complementar e supridora de animais de carga e de produtos alimentícios, como a carne de sol ou charque. A pecuária expandiu-se pelos sertões semi-áridos, onde se localizam 92% do território cearense.

Nas terras da pecuária, os nativos (índios) produziam algodão para modestos trabalhos artesanais. Esse produto agrícola se associava às pequenas lavouras de subsistência dos primeiros habitantes. Com a Guerra da Secessão ocorrida nos Estados Unidos, no período compreendido entre 1861 a 1865, onde ocorreu um rompimento dessa atividade agrícola, o algodão, produto bem adaptado ao clima semi-árido, se uniria às charqueadas (atividades ligadas ao consumo de carne), compondo a base para a organização econômica e espacial do sertão cearense. Se o gado redefiniria o espaço indígena, marcando a primeira reestruturação socioespacial do Ceará, o algodão imprimiu um outro rearranjo na estrutura social e na configuração territorial, consubstanciando a segunda reestruturação socioespacial do Ceará.

Tanto a pecuária, como a produção algodoeira contribuiria para a introdução do fazer fabril: as charqueadas, como fábricas de carne, e o trato do couro, como indústria do curtume, a extração do caroço do algodão para facilitar a montagem dos fardos para o transporte terrestre e marítimo, tudo isso arquitetava a emergência da indústria no Ceará. Só no século seguinte poderíamos vislumbrar a sucessão de chaminés e a formação da classe operária nesse pedaço do país.

Desde meados do século XX, tecia-se a trama para a terceira reestruturação socioespacial do Ceará, indicada por múltiplas ações e investimentos em meios e vias de comunicação, energização e implantação de unidades industriais, com os incentivos do governo, com vistas a expandir o mercado da região mais dinâmica do país, o sudeste. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste fora fundamental para essa nova realidade (OLIVEIRA, 1981). Estava posta a terceira reestruturação socioespacial do Ceará.

A partir da segunda metade da década de 1980, impulsionado pelos cenários político e econômico dominante na escala local, nacional e mundial, o Ceará enfileira-se mais fortemente no ciclo das relações nacionais e internacionais, apoiando-se no processo de atração de investimentos, públicos e privados, direcionados para o turismo, o agronegócio e as indústrias. Assim, o estado do Ceará, entra na “era dos serviços modernos”, compreendidos na visão de Santos (1982), como uma série de atividades que respondem às necessidades dos indivíduos isolados ou em grupo, na vida moderna, representando a conectividade, o intercâmbio de atividades indispensáveis à circulação de pessoas, produtos e idéias. É a partir desse final do século XX que se inicia a quarta reestruturação socioespacial do Ceará, com a implantação em seu território de novos objetos, sob o comando da racionalidade técnica da atual modernidade, continuamente complementada e aperfeiçoada, sob o signo da globalização com seus padrões de acumulação e reprodução ampliada do capital.

Com a possibilidade de permitir o desenvolvimento das atividades, estranhas às coletividades, verticalidades dão novos significados aos espaços banais ou espaços de todos, até então. O litoral é usurpado pelos negócios do circuito superior (SANTOS, 1979), sobrepondo-se às práticas tradicionalmente estabelecidas uma nova organização racional. Esses perderam seu espaço de vida, de morada e de cultura, deixando “limpo” o cenário reservado para grupos selecionados – os *jet sets* ou *high society*. Incontinenti, os meios mediáticos e os serviços modernos transformam esses lugares em mercadorias para o mundo.

Por outro lado, as comunidades de pescadores no litoral, à exemplo de Icapuí, ficaram sujeitas às determinações do modelo de exploração das riquezas locais que se exponenciavam nessas plagas do “grande ombro” da América do Sul. Novas territorialidades, desterritorialização, desculturalização, enfraquecimento das horizontalidades, novas doenças e degradação da vida social são temas, antes inexistentes, agora presentes nos rincões dos deserdados.

Nos grandes vales fluviais, - Rio Acaraú (norte do Ceará) e Rio Jaguaribe (leste do Ceará) -, novas infra-estruturas se instalam para viabilizar o desenvolvimento da fruticultura produzida por meios técnico-científicos. Logo, a implantação de amplos investimentos públicos – estradas, açudagem, energização, apoio aos municípios, capacitação de mão-de-obra, entre outros – além da desregulação/regulação para o território apossado se tornar receptivo às novas formas e funções de produzir no regime neoliberal (Figura 1).

### **Valorização e consumo do espaço em comunidades pesqueiras tradicionais**

Os espaços litorâneos são espaços de elevada valorização na atualidade, desenvolvida a partir de um processo contínuo de domínio por grupos econômicos que, apoiados pelos Estados e por empresários locais, implantam condições materiais e elaboram novos significados viáveis ao uso turístico. Com o apoio dos meios de comunicação, ressaltam as potencialidades naturais, como acidentes geográficos e a contínua insolação, para maximizar o valor do lugar dos negócios, atraindo visitantes de plagas distantes.

Essa mudança de significados desses espaços – que passam de espaços da vida para espaço cobiçado para o lucro – amplia as levas de desesterritorializados, para mais adensar e ampliar as favelas urbanas. Os territórios do medo, do desconhecido, são as únicas opções dos que perderam seus recantos de dádivas do trabalho e da solidariedade orgânica.

Figura 1 – Localização da área de estudo



Dá-se assim a apropriação do litoral, desencadeada por meio da incorporação destes espaços ao mercado de terras e ao turismo. A valorização dos espaços litorâneos, conforme apontam Dantas, Pereira e Panizza (Dantas *et al*, 2008) conduz a uma nova “lógica de ocupação e ordenação do território centrada em espaço restrito e anteriormente ignorado pela elite e classe média”. As praias tidas antes como lugar de habitação e de trabalho dos pescadores, agora se estabelecem como lugar de negócios e de especulação imobiliária dos empreendedores turísticos (DANTAS, 2002). Nesse ínterim, o litoral consolida-se como importante espaço a ser apropriado pelo capital como forma de garantir sua reprodução ampliada.

No Ceará, esse processo é intensificado principalmente a partir das políticas públicas, estabelecidas no final dos anos 80 do século XX. Passa-se então a uma lógica baseada no planejamento que direcionará os novos usos do litoral. Nesse sentido, conforme Dantas *et al* (op cit) “a política de desenvolvimento do turismo no Nordeste e seus desdobramentos adquire papel relevante”. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE é o maior exemplo disso, com sua política de desenvolvimento da atividade, incentivando principalmente o atendimento das demandas internacionais. Não é mero acaso administrativo a institucionalização de uma Secretaria de Estado para esse fim.

A atividade turística, na atualidade, se apresenta como importante fonte de renda da economia cearense. Com efeito, ainda se expande ao longo do litoral, ocupando espaços

ainda não intensamente explorados, como é o caso do município de Icapuí, situado no extremo litoral leste do Estado, a aproximadamente 200 km de Fortaleza, capital cearense. A relação com o mar e com a pesca é fato marcante na formação do povo desse município, estando a maior parte de sua população situada em suas 14 praias, ocupando linearmente seus 64 km de litoral. A atividade pesqueira, especialmente da lagosta, é a principal fonte de renda da população.

Nesse município, o turismo tem promovido a reestruturação do espaço através da adequação de comunidades tradicionais pesqueiras à atividade, como forma de reação aos investimentos externos. Por outro lado, com empreendimentos hoteleiros de maior porte e vinculados a grupos europeus, os fluxos de turistas e a indução dos programas de governo incitam a germinação de um movimento de pequenos capitais difundido como turismo comunitário de base local, caracterizado por utilizar-se de pequenas pousadas, restaurantes e hotéis, além de desenvolverem um reduzido comércio.

O turismo se insere em Icapuí, tendo por base as imagens de tropicalidade valorizadas pelo binômio sol e praia. Seu litoral, habitado por comunidades pesqueiras, tem tido suas formas de uso modificadas, a partir do processo de valorização dos espaços litorâneos, já discutido anteriormente.

Comunidades como Ponta Grossa, Redonda, Peroba, Barreiras e Tremembé vêm sendo ocupadas por empreendimentos turísticos de diferentes padrões e portes. Essa nova destinação a esses espaços implica a inserção de novas ordens lógicas de usos do litoral, indo de encontro às práticas tradicionais, estabelecidas principalmente a partir da pesca e das demais atividades e ritos coletivos ligados a ela.

Esses espaços passam, a partir dessas mudanças, a estarem submetidos a novas normas, na maior parte das vezes externas ao lugar, insuflando a existência de “lugares fantasmagóricos” (Giddens, 1991), adequando-se à penetração da atividade turística e organizando-se, conforme hábitos e exigências de atores antes desconhecidos. Instalam-se meios de consumo estranhos aos autóctones, a fim de atender demandas de um público que não o de pescadores e demais habitantes tradicionalmente ligados a estas comunidades. Isso expulsa (fisicamente) e/ou distancia (simbolicamente) parte dos moradores de seu lugar.

O planejamento da atividade, por parte do poder público municipal, embora incipiente, induz a intensificação desse processo. Isso se faz quando concede certos serviços e infra-estruturas às comunidades mais receptivas à imagem visionária da “atração turística”. O capital internacional se adianta e “abarca” espaços para implantação de hotéis e pousadas, a exemplo da pousada Casa do Mar, de origem portuguesa, localizada em Tremembé.

As comunidades de Redonda, Peroba e Barreiras foram “beneficiadas” com a pavimentação de uma estrada que as liga à sede do município. Esse acesso mais facilitado intensificou a especulação imobiliária e facilitou a instalação de pousadas de proprietários externos a estas comunidades, como a pousada *Oh Linda!*, situada na falésia que divide as praias de Peroba e Redonda (por mais que, do ponto de vista das legislações ambientais, isto pareça contra-sensual). Na praia de Redonda as intervenções por parte do poder público municipal foram ainda mais intensificadas, com a implantação de “quiosques” para o funcionamento de bares e restaurantes. Atualmente, a dinâmica das marés destrói parte desses quiosques e o arruamento (figura 2)<sup>4</sup> implantados pelo poder público municipal, o que reflete as ações inadequadas para o acatamento apressado dessa miragem de obter lucro e crescimento da arrecadação.

---

<sup>4</sup> Iná Elias de Castro (CASTRO, 2002, p. 132) faz interessante comentário, a ser lembrado quando observamos casos como esses presentes em Redonda: “a paisagem revela escolhas políticas, seja como recurso turístico, seja como uma externalidade que pode ser positiva ou negativa e afeta o valor de terrenos e de imóveis e, conseqüentemente, o cotidiano dos indivíduos”.

Figura 2 – Construção derrubada pelo avanço da linha de preamar.



Fonte: Acervo da pesquisa (2008)

Em Tremembé, terras à beira-mar foram compradas por empreendedores europeus e por veranistas residentes no estado do Rio Grande do Norte. A comunidade ainda está bastante vinculada à atividade pesqueira, tendo poucos de seus moradores vinculados economicamente ao turismo, malgrado a pousada de maior porte do município esteja localizada na comunidade. Paradoxalmente, Tremembé é uma das comunidades do município (junto com Ponta Grossa) que participa da Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM, organizada pelo Instituto Terramar, Organização Não Governamental - ONG com sede em Fortaleza.

Essa inserção do turismo vem reestruturando o espaço em Icapuí. Mas isso não se processa tão simplesmente. Há uma complexidade que força uma análise mais radical – no sentido filosófico – e dialética. A coexistência de modelos de turismo convencional e alternativo, este como demonstrativo do caráter indutor de iniciativas de turismo comunitário, são exemplos desse caráter singular da inserção da atividade turística no município.

### **A construção do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e a destruição de territorialidades**

Mais distanciada da linha costeira, nos amplos vales, a agricultura irrigada moderna expressa a maximização da produção agrícola – garantida pelo uso de um pacote tecnológico, a ampliação do domínio das terras e da renda com uso exacerbado da natureza. Esse fato associa-se ao que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p.118), chamam de “[...] novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional”. Exponencial é o atual cenário instalado no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.

A implantação dessa unidade de agricultura voltada aos grandes negócios inicia-se a partir da década de 1980, enquadrado no novo modelo da política de irrigação que prevê lotes para o segmento empresarial, mesmo em se tratando de um investimento público. A política de irrigação advém das ações de planejamento que surgem no final da década de 1950, na tentativa de unificar o território nacional com o mercado, instituído pelo caráter planejador atribuído a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (OLIVEIRA, 1981).



O Estado, sob a forma de incentivos favorece a entrada de empresas em áreas circunvizinhas ao perímetro irrigado. É dessa forma que a empresa multinacional Del Monte Fresh Produce (produtora de melão e abacaxi para exportação) amplia consideravelmente suas terras na área. Nas palavras de um técnico da referida empresa é “o Ceará fantástico”! Por certo, essa satisfação reflete a razão em limitar seu crescimento no estado Rio Grande do Norte e expandir-se no território cearense. Isso serve como testemunho concreto do que diz Raffestin (1993, p. 94): “as empresas multinacionais são responsáveis pela mobilidade da população, podendo causar diversas conseqüências em determinadas regiões, inclusive a *desterritorialização*”... O autor afirma ainda, que “não há uma territorialidade da unidade de produção, mas somente a localização temporária que explora vantagens, como mão-de-obra barata e incentivos fiscais do governo”.

Em decorrência desse processo, destacam-se as seguintes agressões: a expropriação; precarização nas relações de trabalho; des(re)territorialização de agricultores familiares; a ampliação da pobreza; e, os problemas relacionados à utilização de agrotóxicos – que com intuito de garantir a produtividade em larga escala, tem efeitos drásticos sobre a saúde do homem e a natureza.

A mobilidade se dá de duas formas na área em estudo: uma com a inserção da empresa, que compra as terras por baixos preços, e usa *estratégias* para “expulsão” das famílias – a exemplo do uso de enxofre para o preparo da terra; a segunda, quando ocorre a vinda de trabalhadores das cidades circunvizinhas à Chapada, em busca de emprego.

Figura 4 – Apropriação das empresas privadas no perímetro público



Fonte: Imagem Digital do Google, 2007, adaptada por FREITAS, 2008

No primeiro caso, pode ser exemplificado com a destruição da comunidade km 69, que correspondia a cerca de 70 famílias, restando atualmente em torno de cinco famílias. As famílias *desculturizadas*, expulsas do campo (SANTOS, 1996) se deslocam, principalmente, para as cidades de Limoeiro do Norte e Quixeré, na tentativa de soerguer novas condições de vida.

Cabe ressaltar ainda, que a relação é completamente *dissimétrica* (RAFFESTIN, 1993) para a população (os trabalhadores) que, em troca de salário, obrigam-se a uma espécie de *migração intra-regional*<sup>5</sup>, com características de uma *migração pendular*<sup>6</sup>.

Vale destacar que a desterritorialização, se realiza em dois casos: na desapropriação da terra, quando o Estado permite o retorno apenas de parte daqueles que comprovaram oficialmente ter a posse e a propriedade da terra; no segundo caso, quando ocorre a instalação ou expansão das empresas, ocupando terras das comunidades.

A história desse perímetro sobressalta a onda de modernização patrocinada pelo poder público, como projeto de inserir o estado do Ceará na onda avassaladora do capitalismo moderno globalizante. Isso tudo se faz a favor dos interesses hegemônicos, em detrimento da massa de gente pobre, da desculturização de outra parcela de atores produtores do espaço –, aqueles que são forçados a se metamorfosear, os homens e mulheres do campo e da cidade.

### **Perímetro Irrigado Baixo Acaraú: uma abordagem da atual modernização da agricultura**

Gradativamente, a natureza passa a ser subordinada ao poder dos que detêm a técnica, através da difusão da tecnologia, que segue diferenciadas lógicas de seletividade. O modelo agrícola sofre todas essas inovações, de tal modo que o semi-árido cearense, antes considerado sem muitos “atrativos”, é colocado, atualmente, na rota das transações internacionais. O capital insere-se com tamanha fluidez e dinamicidade nos espaços agrícolas, unindo-se à tecnologia avançada, que acaba por conformar uma agricultura científica, moderna e competitiva, alcançando o circuito superior da economia (SANTOS, 1979), pois “[...] um dos principais signos da agricultura científica é o fim do isolamento da atividade em relação aos demais setores econômicos.” (ELIAS, 2003, p.318), visto sua associação, principalmente, com os setores industriais, sistemas bancários, atividade de pesquisa, *marketing*, voltada para a exacerbação de lucros, diferenciando-a do que conhecemos por agricultura tradicional.

Tais transformações acompanham a evolução da dinâmica global, que se revelam com a absorção de inovações químicas e mecânicas, instalação de complexos agroindustriais, demonstrando a incisiva industrialização que a agricultura vem recebendo. Esses fatos se conjugam como características das três décadas após a Segunda Grande Guerra, propaladas como os “trinta anos gloriosos” (SIQUEIRA, 2004). Com a intensificação do uso das inovações técnico-científicas, cada vez as empresas abusam o uso inadequado da natureza.

Já no século XIX, o geógrafo Elisée Reclus previa essa subordinação da natureza ao homem, com o auxílio das técnicas, ao afirmar:

Não existem solos que o homem, pressionado pela necessidade e dispondo dos imensos recursos da ciência e do trabalho associados, não possa agora transformar em ricos campos: pela drenagem (...); pela irrigação (...); pelos adubos. A agricultura, outrora praticada quase ao acaso, tende cada vez mais a se tornar uma indústria científica; ela o será totalmente quando as leis da química, da física, da meteorologia e da história natural forem perfeitamente conhecidas. (RECLUS *apud* ANDRADE, 1985, p.46).

---

<sup>5</sup> Refere-se àquela realizada dentro da mesma região.

<sup>6</sup> É o tipo de migração que está relacionada com deslocamentos de trabalhadores entre o seu lugar de residência e o de trabalho e que possuem uma periodicidade definida entre um dia ou uma semana.

No Ceará, bem como em todo o Nordeste brasileiro, com o auxílio das técnicas, as políticas públicas voltam-se ao discurso/planejamento de obras contra as secas, construindo açudes e, posteriormente, projetos de irrigação.

Na década de 1970, há o início da construção dos perímetros irrigados voltados para a agricultura de base familiar e a década subsequente – 1980, com o reerguimento após a década conhecida como das grandes crises (1970), demarcam na história do Ceará as estratégias para a expansão de uma agropecuária intensiva em capital e tecnologia, com adensamento do uso agrícola voltado ao grande mercado dos países ricos.

Nos anos 1990, a evolução dessa atividade econômica atinge o Ceará de forma mais intensa, com a associação do Estado à iniciativa privada, com mais firmeza e intensidade a partir da segunda metade da década de 1980. Nesse momento, ressaltam-se as ações de apoio aos perímetros irrigados em proveito direto das empresas, algumas de outros países.

O Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, localizado na região Norte do Ceará, abrangendo os municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco, é um desses projetos. Destaca-se como materialização da agricultura moderna, feixe representativo da atual reestruturação socioespacial do estado. Com avançados sistemas técnicos, está voltada aos interesses empresariais da fruticultura, com o controle e organização do Distrito de Irrigação do Baixo Acaraú-DIBAU e pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS.

No caminhar dessas mudanças socioespaciais, percebe-se a forte influência do Estado, como um dos principais agentes de reorganização do território, marcado pela sua prática intervencionista, moldando-se ao modo de produção atual. Em suas formulações teórico-metodológicas sobre o espaço geográfico, Santos (1985) reforça nossa constatação:

Ao Estado cabe criar fixos, precipuamente a serviço da produção ou do homem. Mas, os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção. Os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, sobretudo quando os fixos de origem pública são insuficientes para atender a demanda. (SANTOS, 1985, p. 76)

Conforme revelado por Lima (2006), diversos impactos de ordem geográfica são ocasionados a partir dessas intervenções. Tais como a desterritorialização/ reterritorialização através da dinâmica populacional; vários usos do território; introdução de novos agentes sociais, sem interesse local; atração de investimentos privados; exigências de novas infra-estruturas; mudanças nas condições de comunicação; interligação entre o local e o global; inserção de fixos e fluxos no território.

Assim, esse projeto de irrigação apresenta-se como um campo de forças que se ramifica através dos desdobramentos e conflitos ocasionados a partir dessa política de irrigação, demonstrando serem as esferas política e econômica determinantes no processo de reorganização dos territórios.

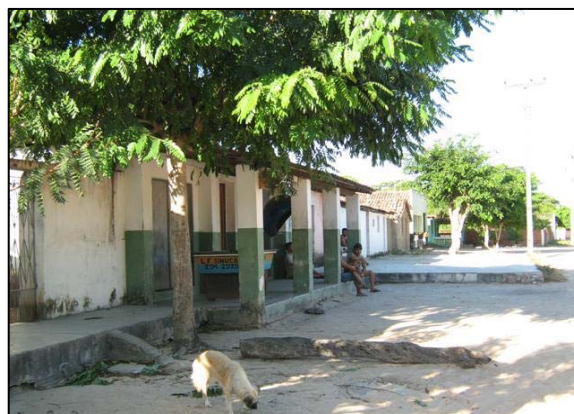
Vários são os estabelecimentos instalados nos municípios envolvidos pelo perímetro irrigado que atendem a demanda da atividade agrícola (Figura 4). Ao passo que também são várias as comunidades que resistiram ao processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2004) ou desculturização como denomina Santos (1985), no momento da desapropriação de terra e que atualmente, no bojo das contradições inerentes à modernização, acabam participando do crescimento econômico do perímetro irrigado quando servem de força de trabalho aos lotes agrícolas empresariais (Figura 5).

Figura 4: Comércio de insumos agrícola, em Marco – Ce.



Fonte: VASCONCELOS, em julho/2008.

Figura 5: Comunidade dos Pereira, em Acaraú-Ce.



Fonte: VASCONCELOS, em julho/2008.

Esse modelo agrícola evidencia o mais recente paradigma da agricultura cearense, tendo como marcas a competitividade, a modernização e a exclusão, como bem caracteriza a geógrafa Denise Elias (2006), à medida que cria subespaços seletos, socialmente excludentes e espacialmente seletivos, com forte concentração de renda, refletindo desigual acesso à técnica, ao transformar a natureza de bem comum em mercadoria, substituindo pontos opacos, sem vida, em novos territórios como atividades dinâmicas, caracterizando-se como pontos luminosos, na terminologia do geógrafo Milton Santos.

### Considerações finais

O caráter modernizador, modelado a partir das políticas neoliberais, projetou elevação na produção agrícola cearense e o incremento do turismo, porém a custos sociais de tamanha proporção e intensa concentração de renda. Compreendendo o crescimento da atividade turística e dos projetos de irrigação supracitados, surgidos a partir dos anos de 1990, e analisando os desdobramentos que essas atividades vêm causando no território onde estão implementadas, denota-se a sua influência na distribuição, organização e densidade dos fixos e fluxos, expressando-se como campo de forças, ampliando as ações e intervenções abusivas contra aqueles de menor poder político e econômico.

Ao mesmo tempo em que, sob a dialética do território cearense, evidenciam-se relações e verdadeiras contradições, entre a associação do Estado e empresas, o “novo” e o “velho” pescador, o “novo” e o “velho” agricultor, o moderno concentrador e os explorados, traços da face real estudada, que não difere de tantos subespaços dos países latino-americanos.

Milton Santos dentre os seus vários escritos já nos convidava a fazer um estudo diferenciado da América Latina, uma Geografia Latino-americana nova, não seguindo modelos e teorias dos países do centro da economia, que tivesse autonomia dentro dos espaços globais, demonstrando ser uma geografia revolucionária e libertadora contada por latinos americanos. Alertando-nos para os cuidados com o economicismo, reacendendo a importância da cultura, da criatividade, da história e especificidades tão importantes de nosso continente latino americano. O caminho seria a busca constante por uma “epistemologia existencial, isto é, uma epistemologia que inclua obrigatoriamente o espaço, na medida em que a sociedade é apenas o ser, o existir é coisa do espaço” (SANTOS, 2006, p. 25) e pelo olhar da esperança, que é possível uma outra geografia.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. C. (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção: Grandes Cientistas Sociais; Coord.: Florestan Fernandes).

BECKCER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma potência regional na economia-mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo; Companhia das Letras, 1986.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e Indústria**. 7ª ed. São Paulo: 1997.

CASTRO, I. E. de. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In. YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 121-140.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In. RODRIGUES, Ayr Balastri (org.). **Turismo; Modernidade; Globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, Alexandre Queiroz; PANIZZA, Andrea de Castro, **Urbanização Litorânea das Metrôpoles Nordestinas Brasileiras: vilegiatura marítima na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará**. Simpósio Espaço Metropolitano, Turismo e Mercado Imobiliário, Fortaleza: Observatório das Metrôpoles, 2008. Disponível em: <http://turismoimobiliario2008.metrowiki.net/trabalhos-apresentados>. Acesso em: 08 de setembro de 2008.

DIEGUES, A. C. **Povos e Mares – Leituras em Sócio-antropologia Marítima**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

ELIAS, D. de S. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. de. (Org.). **Território Brasileiro - usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.p. 315-340.

ELIAS, D. de S. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C. ELIAS, D.(orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006, p.221-238.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidades”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, L. C. **Reestruturação Socioespacial - do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE**, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_, M. **Espaço e Sociedade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_, M.. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_, M. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Orgs.) **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006

\_\_\_\_\_, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIQUEIRA, S. M. M.. Trabalho e educação: novas competências ou crise do capital? In: A.M. D. de M.; F. F. F. (Org.). **Trabalho, Sociabilidade e Educação: uma crítica a ordem do capital**. Fortaleza: UFC, 2004, p. 361-384.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.